Macroeconomia

Indústria ameaçada

Rogério Mori*

O DEBATE econômico recente tem se voltado em torno da questão da eventual existência de um processo de desindustrialização em curso no País. Esse tema ganhou impulso após a divulgação dos dados recentes sobre o Produto Interno Bruto (PIB) pelo IBGE, que indicaram que a participação da indústria nacional sobre o produto caiu significativamente.

A indústria nacional, de fato, tem sofrido enormemente com a concorrência externa, sendo o principal vetor desse processo a apreciação do real frente às demais moedas, o que tem corroído a competitividade da indústria brasileira ao longo dos últimos anos. O governo brasileiro está ciente desse processo e não tem poupado críticas em relação às maciças emissões monetárias dos países desenvolvidos.

Mesmo sabendo que o centro do problema reside na questão cambial, o governo não tem poupado esforços (ainda que paliativos) para tentar diminuir a problemática da perda de competitividade da indústria brasileira frente à concorrência internacional. Essas medidas, no entanto, não resolvem inteiramente a questão, e a problemática não está inteiramente resolvida, uma vez que o patamar apreciado em que se encontra a moeda brasileira mais que compensa as medidas de incentivo adotadas pelo governo. Dessa forma, não há como resolver esse problema sem que a questão da taxa de câmbio seja equacionada.

Apesar dessas evidências, ainda persistem duas linhas de argumentação que se mostram contrárias à visão do processo de desindustrialização e às ações adotadas pelo governo no sentido de tentar resolver essa problemática.

Um das linhas de argumentação procura negar que exista desindustrialização no Brasil, o que, em grande medida, se mostra estranho em relação à realidade dos fatos e à evidência empírica revelada em inúmeros estudos acadêmicos e não acadêmicos realizados.

A outra linha de argumentação descaracteriza a importância da indústria no processo de desenvolvimento econômico do País. De acordo com essa linha, o Brasil deveria seguir sua vocação natural de produtor de *commodities* agrícolas e de minérios, uma vez que nossa indústria é ineficiente e sem condições de concorrer no cenário mundial.

Nos dois casos, a recomendação de política econômica indicada é exatamente a oposta à adotada pelo governo atualmente, seja pela tese da negação, seja pela tese da baixa importância da indústria nacional.

Nesse contexto, é importante lembrar que os saltos na renda *per capita* brasileira, a partir dos anos 1950, estiveram amplamente associados ao processo de industrialização do País. Esses saltos foram muito superiores aos verificados anteriormente, quando os ciclos de crescimento da renda do País estavam mais associados aos ciclos de preços internacionais de *commodities*.

A abertura comercial do início da década de 1990 foi importantíssima para a economia brasileira e para a indústria nacional, que foi forçada a se modernizar para concorrer com os produtos de outros países.

O cenário atual, porém, é inteiramente diverso, pois não existe grau de eficiência que possa ser atingido pela indústria para fazer frente à competição externa, que é extremamente favorecida pelo atual patamar da taxa de câmbio.

Isso significa que não se pode dizer que a indústria nacional não tem condições de competir internacionalmente devido à sua baixa eficiência. Esse setor se modernizou forçadamente ao longo da década de 1990. Os segmentos industriais que não se modernizaram sucumbiram à concorrência externa e desapareceram do cenário produtivo nacional.

É evidente que medidas de redução da carga tributária sobre o setor e de incentivos ao investimento ajudam neste momento, mas a assimetria de condições de competição gerada pela taxa de câmbio não pode ser inteiramente eliminada por essas medidas.

Esse é um cenário que ainda tende a persistir por um tempo, uma vez que não existem sinais concretos de mudança no ambiente econômico e financeiro internacional. Nesse sentido, o ciclo de redução da taxa básica de juros – Selic – por parte do Banco Central tem contribuído para corrigir essa assimetria via diminuição do diferencial de juros praticados domesticamente e internacionalmente. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas